

## **Relatório Síntese**

Progressos Nacionais na implementação dos ODS 6, 7, 11, 12, 13 e 15

## Introdução

A [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), constitui um compromisso global para a erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental e integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem implementados até 2030 por todos os países subscritores, incluindo Portugal enquanto membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

No âmbito da Implementação da Agenda 2030 para Portugal, foi definido em Conselho de Ministros<sup>1</sup> o plano de execução dos ODS a nível Nacional, sendo a coordenação de implementação atribuída aos diferentes Ministérios, consoante a sua esfera de atribuições, imputando-se ao então Ministério do Ambiente quatro ODS (6, 11, 12 e 13), que atualmente, por via de novas atribuições do Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC)<sup>2</sup>, abrangem outras áreas temáticas como a energia e florestas, refletidas no âmbito dos ODS 7 e 15.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) avalia a evolução estatística dos indicadores disponíveis para Portugal, do conjunto de indicadores globais adotados pelas Nações Unidas, os quais são maioritariamente produzidos no contexto do Sistema Estatístico Nacional, tendo publicado em Maio de 2020 o seu terceiro relatório intitulado “ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019](#)”.

Tal como efetuado relativamente ao relatório publicado em 2019 procuraremos analisar do relatório de 2020, acima referido a avaliação que recai nos ODS cujas temáticas se encontram na esfera de atribuição do MAAC (ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis, ODS 13 - Ação Climática<sup>3</sup> e ODS 15 - Proteger a vida terrestre).

A produção deste documento teve por base maioritariamente o relatório do INE acima mencionado, sendo complementado quando necessário com outras fontes que se encontram referenciadas no texto. Tal como o descrito no relatório, a avaliação foi feita a partir da informação disponível para os sub-indicadores relacionados com cada um dos seis ODS.

---

<sup>1</sup> [Conselho de Ministros de 25/02/2016](#)

<sup>2</sup> Lei Orgânica do XXII Governo Constitucional ([Decreto-Lei 169-B/2019, de 03 de dezembro](#))

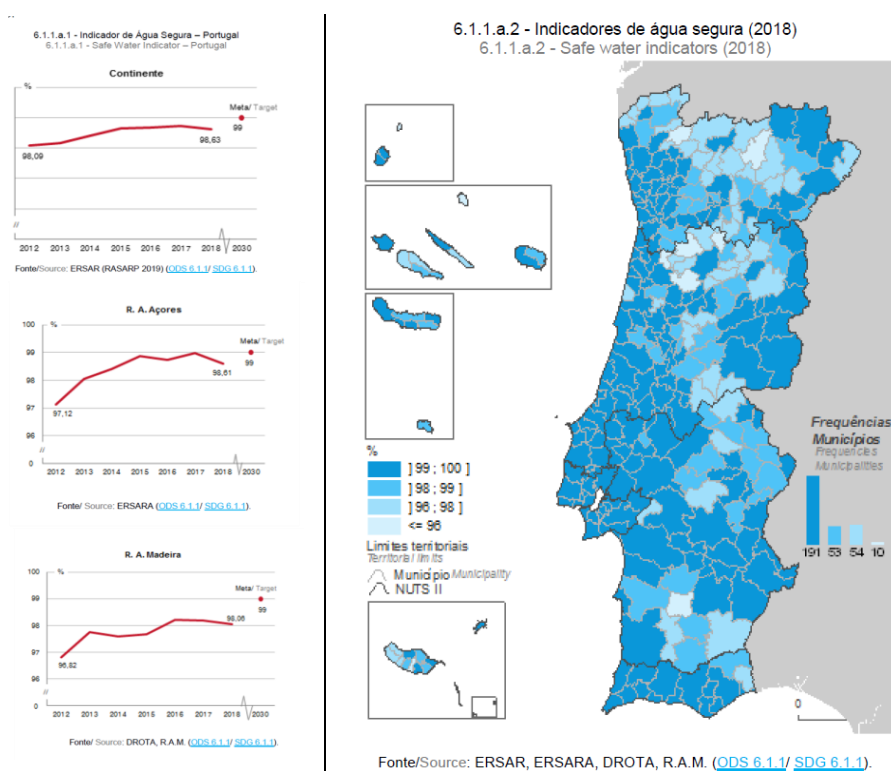
<sup>3</sup> Este ODS é pela primeira vez incluído nestes relatórios produzidos pelo INE.

## ODS 6 - Água potável e saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

Conseguir alcançar até 2030 a universalidade do abastecimento de água com qualidade constitui um dos fatores de inclusão social com implicações diretas na qualidade de vida das populações potenciando uma maior equidade nas diversas escalas territoriais, promovendo a sustentabilidade global e maior justiça social.

A nível nacional os seis sub-indicadores considerados para análise da progressão deste ODS, ainda que apresentem alguns resultados menos favoráveis, no geral refletem tendência positiva, não existindo sinais relevantes que demonstrem uma inversão relativamente à trajetória já alcançada e que se conjuga para o alcance da meta em 2030.

O sub-indicador **Água segura**, que mede a qualidade da água distribuída para consumo humano, apresentou entre 2012 e 2018 evolução positiva em todo o território nacional, ainda que se tenha registado um pequeno decréscimo de 0,11 pontos percentuais (p.p.) face a 2017 (Continente -0,09 p.p.; Região Autónoma da Madeira (RAM) -0,13 p.p.; Região Autónoma dos Açores (RAA) -0,36 p.p.), o que não evidencia o comprometimento da meta de 99% definida para 2030. Em 2018 cerca de 79% dos municípios nacionais registaram níveis elevados da qualidade da água superiores a 98%, com apenas 3% a apresentaram níveis inferiores a 96%, destacando um elevado grau de segurança no serviço prestado às populações. De salientar que, tal como em 2017, todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), apresentaram em 2018 níveis de qualidade superiores a 99%.



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019 INE, 2020

O sub-indicador **Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água**, afere a cobertura dos sistemas públicos de abastecimento de água a nível nacional, e a par do anterior, a sua disponibilidade contribui grandemente para o bem-estar e saúde das populações servidas conferindo-lhes uma maior qualidade de vida.

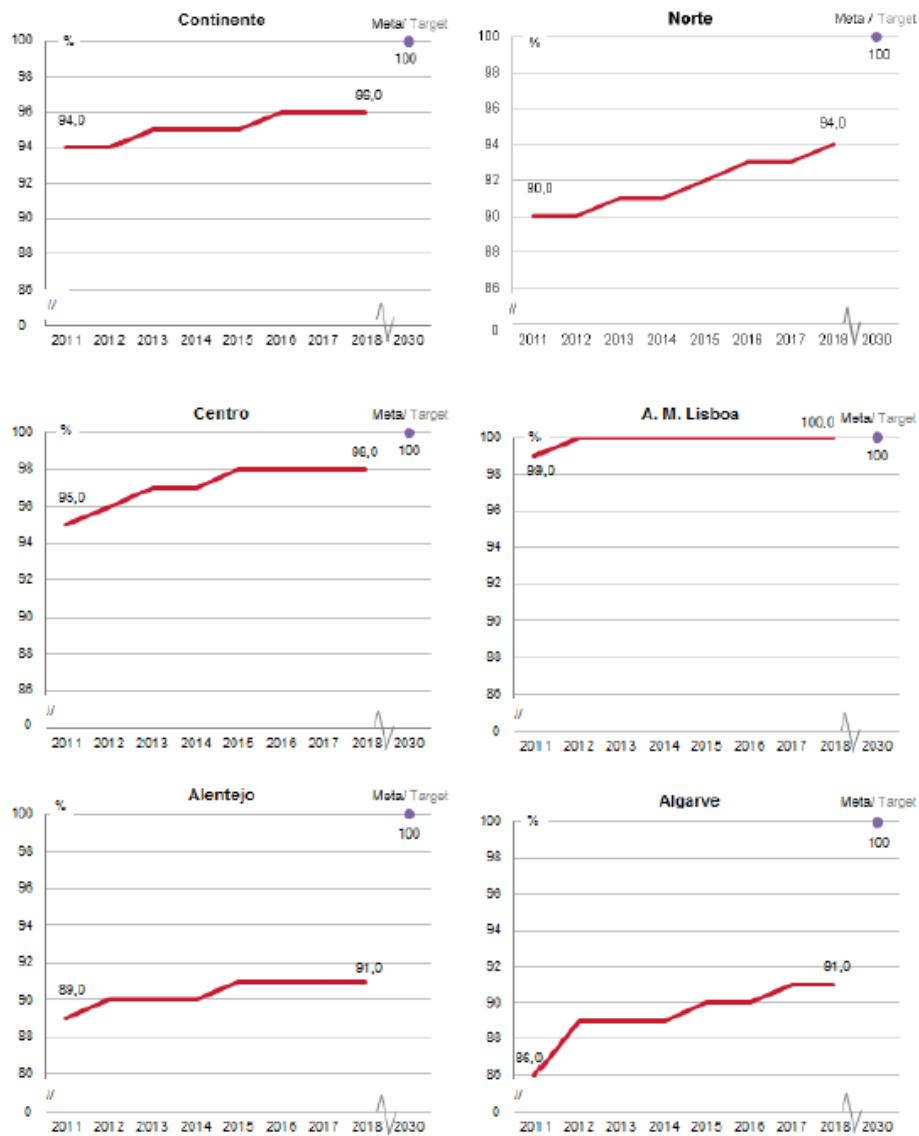
De realçar que 40 dos 308 municípios existentes a nível nacional não dispõem de informação disponível.

Em termos globais, no que respeita à análise territorial por NUT I, a região do Continente manteve os 96% (percentual que vinha a registar desde 2016) e a RAM os 99,5%<sup>4</sup> alcançados em 2017, assinalando-se que a RAA não dispõe de informação disponível para este sub-indicador. Com exceção da região Norte, que assinalou um crescimento de 0,1 p.p. entre 2017 e 2018, as restantes regiões NUTII do Continente mantiveram as taxas de cobertura alcançados em 2017, evidenciando-se a AML cuja meta para 2030 foi já alcançada em 2012. Refira-se que em 2018 cerca de 70% dos municípios nacionais tinham uma cobertura dos seus alojamentos servidos por abastecimento de água entre os 95% e os 100%. Ainda assim, será de salvaguardar que o cumprimento da meta nacional em 2030 necessita da recuperação do Alentejo e Algarve que mantêm ainda o distanciamento de 7 p.p..

---

<sup>4</sup> O percentual apresentado para a Região Autónoma da Madeira (RAM) em 2018 (99,5%) refere-se à população servida e não à proporção de alojamentos.

**6.1.1.b.1 - Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água**  
 6.1.1.b.1 - Proportion of dwellings served by water supply



Fonte: INE (tendo por base informação administrativa da ERSAR) ([ODS 6.1.1](#)).  
 Source: Statistics Portugal (based on ERSAR administrative data) ([SDG 6.1.1](#)).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

**Nota prévia:** Os resultados disponibilizados pelo INE para os sub-indicadores “Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do estado global”, “Proporção de massas de água superficiais com bom estado/potencial ecológico” e “Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do estado físico-químico”, traduzem a proporção das massas de água com determinada classificação relativamente às unidades territoriais onde estão inseridas, o que não permite aferir a apreciação total do estado das massas de água e verificar se estes se encontram próximos da meta estipulada dos 76% até 2021, conforme informação constante no relatório publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em 2019 “[Classificação das massas de água - Avaliação Intercalar 2014-2017](#)”. Seria necessário para fazer esta apreciação saber o número de massas de água existente em cada uma das regiões para se proceder a uma média ponderada e assim possibilitar a aferição pretendida e calcular o desvio existente face à meta.

As pressões exercidas sobre as massas de água superficiais produzem alterações no seu estado global sendo imprescindível a sua monitorização no sentido de verificar a necessidade de implementação de medidas de mitigação para o seu bom estado de conservação, como forma de equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e territoriais. O estado global das massas de água superficiais é determinado pela classificação conjunta<sup>5</sup> do seu bom estado/potencial ecológico<sup>6</sup> e químico<sup>7</sup>.

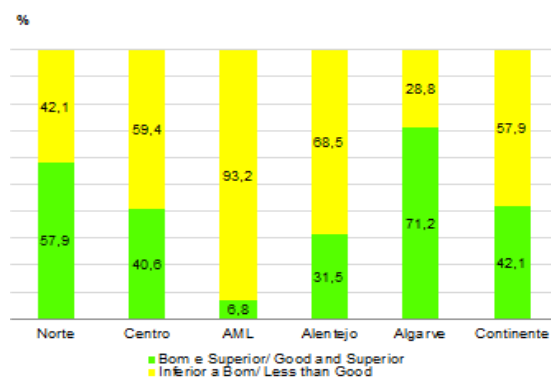
A análise ao sub-indicador [Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do estado global](#) em 2018, evidencia que 57,9% da área das 1 805 massas de água superficiais do Continente se encontravam num nível de classificação “**Inferior a Bom**”, situação que reflete o estado referente a três das cinco regiões NUT II, onde a AML apresenta o pior resultado (93,2%); em oposição, surgem o Norte e Algarve, apresentando respetivamente 57,9% e 71,2% da área das massas de água com classificação entre “**Bom e Superior**”. Das 23 regiões NUT III apenas o Alto Minho registou acima de 75% da área de massas água do seu território com classificação de “**Bom e Superior**”.

<sup>5</sup> Resultante da pior classificação obtida entre o estado/potencial ecológico e o estado físico-químico.

<sup>6</sup> O estado/potencial ecológico tem por base a análise de vários elementos de qualidade (biológicos, físico-químicos de suporte, poluentes específicos e hidromorfológicos).

<sup>7</sup> Segundo Normas de Qualidade Ambiental (NQA) resultantes da aplicação da [Diretiva n.º 2013/39/UE](#), no que se refere às substâncias prioritárias no âmbito da política da água, transposta a nível Nacional pelo [Decreto-lei n.º 218/2015, de 7 de outubro](#).

6.3.2.a - Proporção da área das massas de água superficiais por Classificação do estado global, 2º ciclo, Avaliação Intercalar 2018  
 6.3.2.a - Proportion of surface waters area by classification of global status, 2nd cycle, Mid-term evaluation 2018

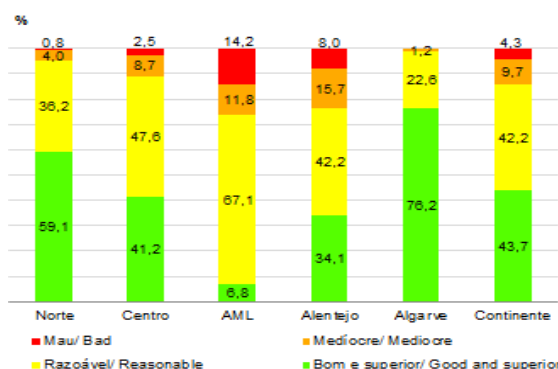


Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 6.3.2).  
 Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 6.3.2).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

O sub-indicador **Proporção de massas de água superficiais com bom estado/potencial ecológico**, registou, na avaliação intercalar de 2018, que a maioria (57,2%) das massas de água do Continente se encontravam classificadas com níveis inferiores a “**Bom e superior**”. A análise por NUT II, revela, que apenas duas das cinco regiões (Norte e Algarve) detinham mais de 50% das massas de água dos seus territórios com a classificação de “**Bom e superior**”, revelando também que a AML, com apenas 6,8%, obteve o pior percentual nesta distribuição, sendo a região com o maior percentual na classificação “**Mau**” (14,2%). De referir que o Algarve e Alto Minho foram das 23 regiões NUT III as únicas a registar mais de 75% da área de massas água do seu território com classificação de “**Bom e Superior**”.

6.3.2.c - Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do estado/potencial ecológico, 2º ciclo, Avaliação Intercalar 2018  
 6.3.2.c - Proportion of surface waters area by classification of ecological status/potential, 2nd cycle, Mid-term evaluation 2018



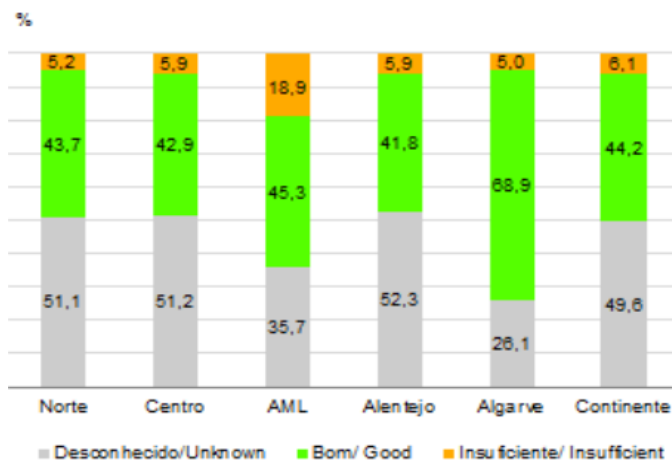
Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 6.3.2).  
 Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 6.3.2).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

No sub-Indicador **Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do Estado Físico-químico**, a referência mais significativa prende-se com a elevada percentagem da área de massas de água cuja classificação era ainda desconhecida na avaliação intercalar de 2018, o que desde logo evidencia a necessidade primeira de esforços no sentido de colmatar estas lacunas de modo a que se tenha uma leitura fiel em termos da sua expressão territorial. No Continente este “desconhecimento” foi de cerca de 50%, e o Alentejo liderou as regiões NUT II nesta classificação (52,3%). No Continente a proporção de massas de água com “**Bom**” estado físico-químico foi de 44,2% e em termos de NUT II o Algarve foi a única região a ultrapassar a fasquia dos 50% apresentando uma classificação de 68,8%; de destacar que a AML foi a região onde as massas de água registaram a mais elevada classificação de “**Insuficiente**” (18,9%); 43% das 23 regiões NUT III detiveram entre ]50%-75%] da área das massas de água do seu território com classificação de “**Bom**”.

6.3.2.e - Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do estado físico-químico, 2º ciclo, Avaliação Intercalar 2018

6.3.2.e - Proportion of surface waters area by classification of physical-chemical status, 2<sup>nd</sup> cycle, Mid-term evaluation 2018



Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 6.3.2).

Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 6.3.2).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

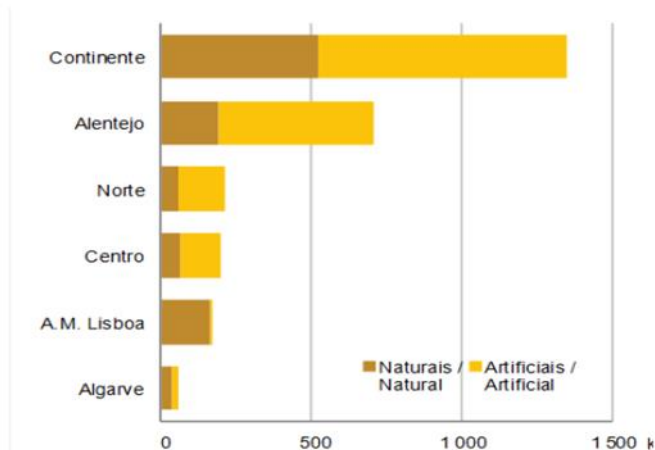
O sub-indicador **Extensão das águas abertas naturais e artificiais**<sup>8</sup> e sua **Taxa de variação** contribuem para a observação temporal dos ecossistemas aquáticos nacionais permitindo avaliar a existência de alterações na sua extensão, corrigindo-os e promovendo o seu equilíbrio e sustentabilidade.

<sup>8</sup> Águas naturais: rios, lagos, lagoas e estuários; Águas artificiais: reservatórios de barragens, canais artificiais, reservatórios de represas ou açudes, lagos e lagoas interiores artificiais.



6.6.1.a - Superfície das águas abertas naturais e artificiais, Continente e NUTS II, 2018

6.6.1.a - Area of natural and artificial open water, Mainland and NUTS 2, 2018



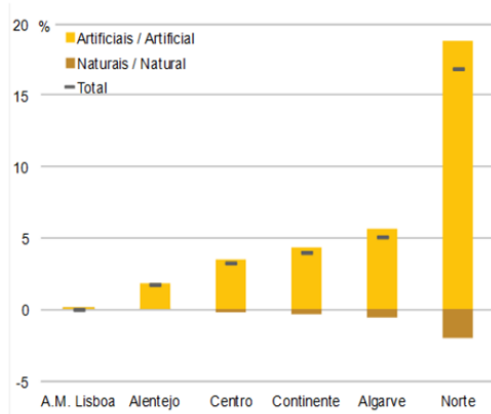
Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo (Dados Preliminares) ([ODS 6.6.1](#))  
 Source: Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics (Preliminary Data) ([SDG 6.6.1](#))

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

No Continente em 2018, a superfície das águas abertas correspondia a 1 353,07 Km<sup>2</sup> com a extensão das águas abertas superficiais a deterem 62% desse total. De realçar que, das cinco regiões NUT II, a do Alentejo foi a que apresentou o maior percentual de águas abertas artificiais (72,8%); já em relação às águas abertas naturais os maiores percentuais foram na AML e Algarve com respetivamente 96,4% e 57,6%.

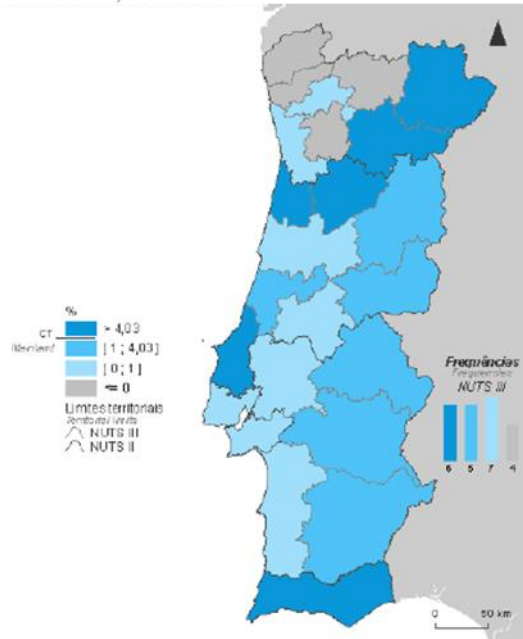
Registou-se uma taxa de variação positiva de cerca de 4% no território do Continente entre 2010 e 2018 suportada pelo crescimento de 7% da extensão das águas artificializadas em todas as regiões NUTII, com destaque para o Norte com cerca de 29%; a extensão das águas abertas naturais registou um crescimento residual de 0,036% na região do Alentejo, com as restantes regiões com variações negativas, realçando-se o Norte com -5,6%. Das 23 regiões NUTIII, 26% registaram variações da extensão das águas abertas superiores ao verificado no Continente (4%) e cerca de 74% não chegaram a atingir metade dessa variação.

6.6.1.b - Taxas de variação da superfície das águas abertas – total, naturais e artificiais – Continente e NUTS II, 2010/2018  
 6.6.1.b - Rate of surface variation of open water extent – total, natural and artificial – Mainland and NUTS 2, 2010/2018



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo (Dados Preliminares) (ODS 6.6.1)  
 Source: Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics (Preliminary Data) (SDG 6.6.1)

6.6.1.c - Taxa de variação da superfície de águas abertas, Continente e NUTS III, 2010/2018  
 6.6.1.c - Rate of surface variation of open water Mainland and NUTS 3, 2010/2018



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo (Dados Preliminares) (ODS 6.6.1).  
 Source: Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics (Preliminary Data) (SDG 6.6.1).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

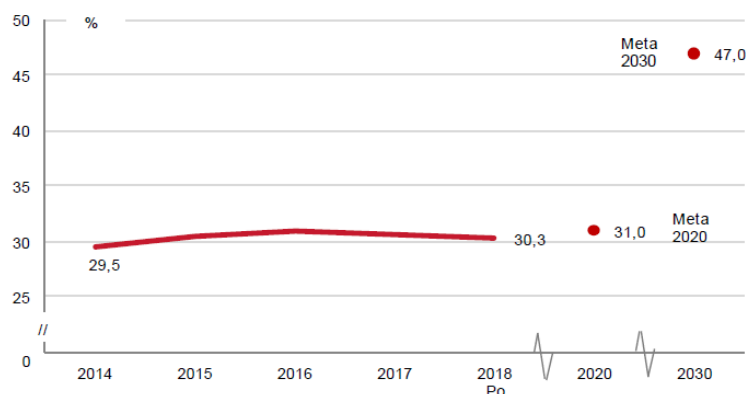
## ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis - propõe como meta garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos até 2030.

As energias renováveis e a eficiência energética, convergem para os objetivos no âmbito da descarbonização da economia constituindo-se pilares essenciais da política energética e ambiental nacional, contribuindo para a redução da dependência energética, para o equilíbrio da balança comercial, para a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e diminuição da pobreza energética.

Os cinco sub-indicadores são avaliados de acordo com o progresso nacional face às metas do principal instrumento nacional de política energética e climática para a década 2021-2030, o [Plano Nacional Energia Clima 2030](#) (PNEC 2030,) cujos objetivos se encontram alinhados com os deste ODS, e que remete para a substancial da participação de energias renováveis na matriz energética global e para a duplicação da taxa global de melhoria da eficiência energética até 2030.

O Sub-indicador **Proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia**, atingiu em 2018 os 30,3%, representando 97,7% da meta estabelecida no PNEC 2030 para 2020 (31%), apesar do decréscimo que tem vindo a registar desde 2016 (-0,3 p.p. em cada ano) mas que se encontra de acordo com a trajectória indicativa constante na parte B do Anexo I da [DIRECTIVA 2009/28/C](#), que estabeleceu para 2020 uma quota de 27,3%.

7.2.1 - Proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia  
7.2.1 - Proportion of renewable energy sources in gross final consumption of energy



Fonte/Source: DGEG ([ODS 7.2.1/SDG 7.2.1](#)).

Nota 1/Note1: Dados revistos para 2014, 2015 e 2016 – revisão extraordinária do Balanço Energético devido à inclusão do contributo das bombas de calor na produção de energia renovável e respetivo consumo. / Data reviewed for 2014, 2015 and 2016 - extraordinary revision of the Energy Balance due to the inclusion of the contribution of heat pumps in the production of renewable energy and its consumption.

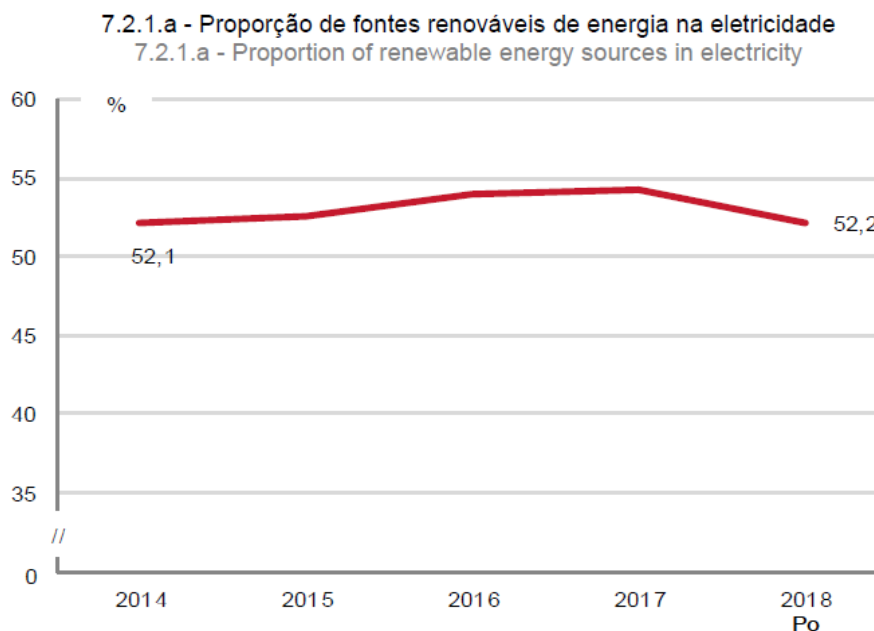
Nota 2/Note2: Meta de 2030 atualizada de acordo com o PNEC 2030. / Target for 2030 updated according to PNEC 2030.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

### Sub-indicador **Proporção de fontes renováveis de energia na eletricidade**.

Entre 2014 e 2018 a percentagem de fontes renováveis de energia na eletricidade registou oscilações anuais pouco significativas, obtendo o maior acréscimo (2,7 p.p.) entre 2015 e 2016 e decréscimo de 2 p.p. entre 2017 e 2018. Em 2018 o peso das FER no consumo final de eletricidade alcançou os 52,2%, situando-se ainda

a 7,8 p.p., 16,8 p.p. e a 27,8 p.p. das metas estabelecidas para 2020 (60%), 2025 (69%) e 2030 (80%)<sup>9</sup>. Realce-se que o consumo de eletricidade representou em 2018 25% do total da energia consumida, o que releva a importância das FER nesta atividade.



Fonte/Source: DGEG.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

#### Sub-indicador **Proporção fontes renováveis de energia nos transportes**

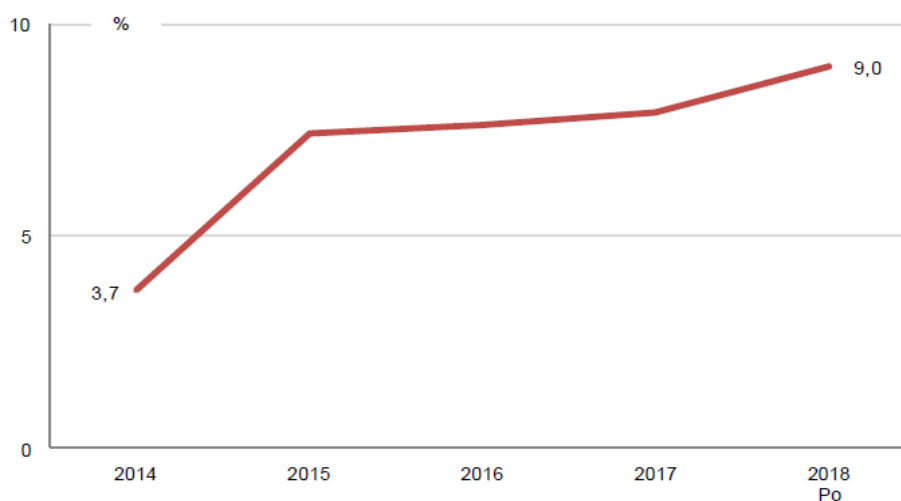
A incorporação de biocombustíveis substitutos de gasóleo na atividade dos transportes constitui a par de outras medidas um passo importante no sentido na sua descarbonização, dada a sua elevada dependência no consumo de combustíveis fósseis.

A evolução das FER na atividade dos transportes, tendo vindo a registar desde 2014 uma tendência de crescimento, alcançando em 2018 os 9% (+1,1% p.p. que em 2017), o que mantendo esta tendência possibilitará o alcance das metas propostas para 2020, 2025 e 2030<sup>10</sup> de respetivamente 10%, 13% e 20%.

<sup>9</sup> PNEC 2030

<sup>10</sup> PNEC 2030

7.2.1.b - Proporção de fontes renováveis de energia nos transportes  
 7.2.1.b - Proportion of renewable energy sources in transports



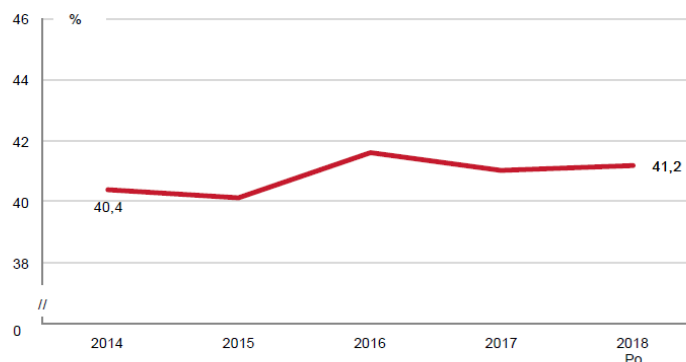
Fonte/Source: DGEG (ODS 7.2.1/SDG 7.2.1).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

Sub-indicador **Proporção de fontes renováveis de energia no aquecimento e arrefecimento.**

Entre 2014 e 2018 o indicador situou-se sempre acima dos 40%, com 41,2% em 2018, registando, desde o início da série, uma superação das metas de 34%, 36% e 38% definidas para 2020, 2025 e 2030<sup>11</sup>, o que constitui um dado positivo para o alcance das metas globais relativamente ao aumento de incorporação de renováveis.

7.2.1.c - Proporção de fontes renováveis de energia no aquecimento e arrefecimento  
 7.2.1.c - Proportion of renewable energy sources in heating and cooling



Fonte/Source: DGEG.

Nota/Note: Dados revistos para 2014, 2015 e 2016 – revisão extraordinária do Balanço Energético devido à inclusão do contributo das bombas de calor na produção de energia renovável e respetivo consumo. / Data reviewed for 2014, 2015 and 2016 - extraordinary revision of the Energy Balance due to the inclusion of the contribution of heat pumps to the production of renewable energy and its consumption.

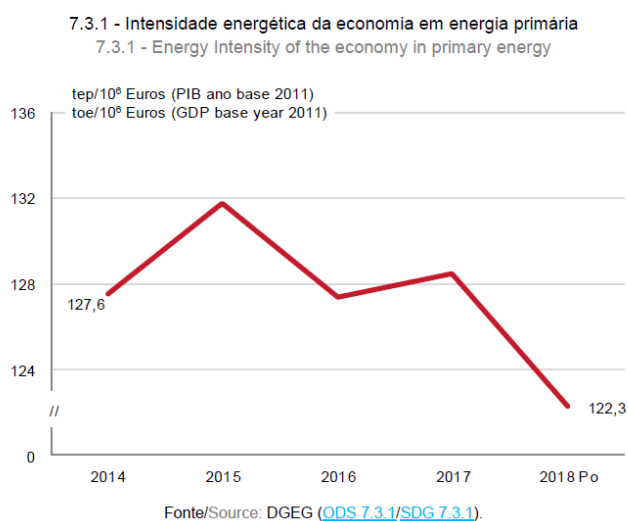
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

O sub-indicador - **Intensidade energética da economia em energia primária** mede a relação entre o consumo de energia primária e o crescimento económico. Uma diminuição da intensidade energética, por via do

<sup>11</sup> PNEC2030

crescimento económico e da redução do consumo de energia (dissociação) traduz uma maior eficiência da produção económica e uma redução das pressões ambientais.

Entre 2014 e 2018 a intensidade energética da economia em energia primária registou um decréscimo de 4,2%, sendo mais acentuado entre 2017 e 2018 (-4,8%). Saliente-se que apenas nos decréscimos anuais registados em 2016 e 2018, se evidencia uma dissociação entre crescimento económico e consumo de energia, uma vez que nesses anos se assistiu a um crescimento do PIB e a um decréscimo do consumo de energia primária, revelando-se assim pouco consolidada a sua trajetória o que poderá provocar desvios face à meta de eficiência energética definida para 2020 e 2030<sup>12</sup>, (redução de respetivamente 25% e 35% do consumo de energia primária)



Nota/Note: Dados de consumo de energia primária revistos para 2014, 2015 e 2016 – revisão extraordinária do Balanço Energético devido à inclusão do contributo das bombas de calor na produção de energia renovável e respetivo consumo. / Data for primary energy consumption reviewed for 2014, 2015 and 2016 - extraordinary revision of the Energy Balance due to the inclusion of the contribution of heat pumps in the production of renewable energy and its consumption.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

<sup>12</sup> PNEC 2030

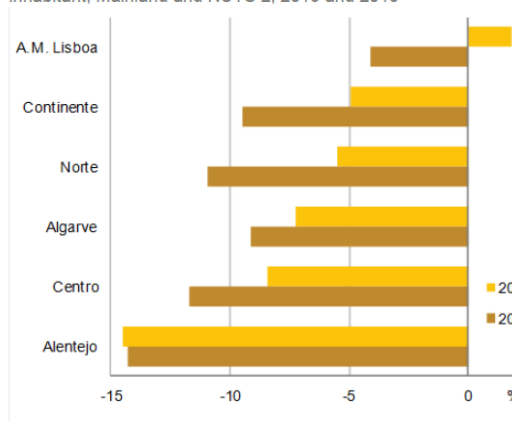
## ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis - propõe como meta até 2030 tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

As cidades constituem-se como lugares por excelência de inovação, conhecimento, competitividade e geração de riqueza, mas geram igualmente polos de desintegração social gerados pelas assimetrias provocadas pela explosão da urbanização nas últimas décadas, a que urge dar respostas de modo a assegurar uma maior integridade e sustentabilidade de pessoas e territórios.

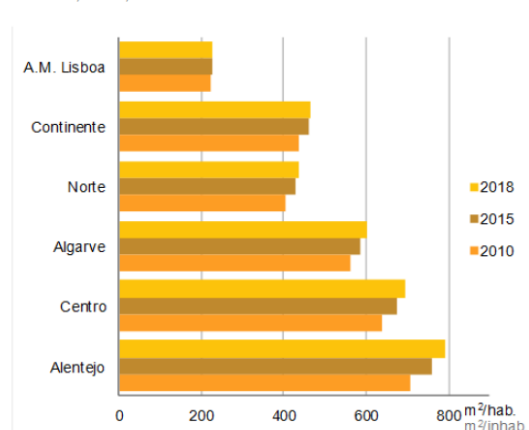
O progresso dos três sub-indicadores que se seguem incidem sobre a gestão sustentável das áreas urbanas, hábitos de vida e qualidade do ar, permitindo verificar se as evoluções das trajetórias confluem para a meta estipulada para o objetivo em 2030.

Em 2018 o sub-indicador **Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante**, assinalou evolução negativa (-5%) no território do Continente, em virtude do aumento da área artificializada e do decréscimo da população residente, revelando-se, contudo, alguns progressos face a 2015, dado se apresentarem decréscimos menos acentuados, o mesmo se tendo verificado em todas as regiões NUTII, com exceção do Alentejo. Na espacialização regional, salienta-se a AML por ser a única região NUTII que apresentou crescimento da população acima do crescimento dos territórios artificializados o que ditou a evolução positiva de 1,8%, que aliás também se verificou em cerca de 72% dos seus municípios; já no Alentejo cerca de 97% dos seus municípios registaram evolução negativa contribuindo desta forma para a evolução de -14,5%, a mais elevada das cinco regiões NUTII. Dos 278 municípios do Continente, 63 (22,6% do total), registaram evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante, acima do verificado no Continente (-5%). Para que este sub-indicador contribua para o alcance da meta do ODS há que garantir que o aumento dos territórios artificializados (ocupação do uso do solo por atividades de intervenção humana) seja proporcional ao crescimento populacional, o que, apesar da tendência verificada desde 2010, se encontra aquém desse objetivo.

11.3.1.a - Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante, Continente e NUTS II, 2015 e 2018  
 11.3.1.a - Efficiency evolution of the artificial land by inhabitant, Mainland and NUTS 2, 2015 and 2018



11.3.1.b - Territórios artificializados por habitante, Continente e NUTS II, 2010, 2015 e 2018  
 11.3.1.b - Artificial territories by inhabitant, Mainland and NUTS 2, 2010, 2015 and 2018



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo (Dados Preliminares) (ODS 11.3.1).  
 Source: Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics (Preliminary Data) (SDG 11.3.1).

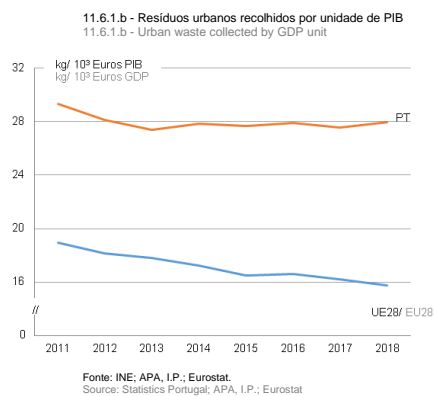
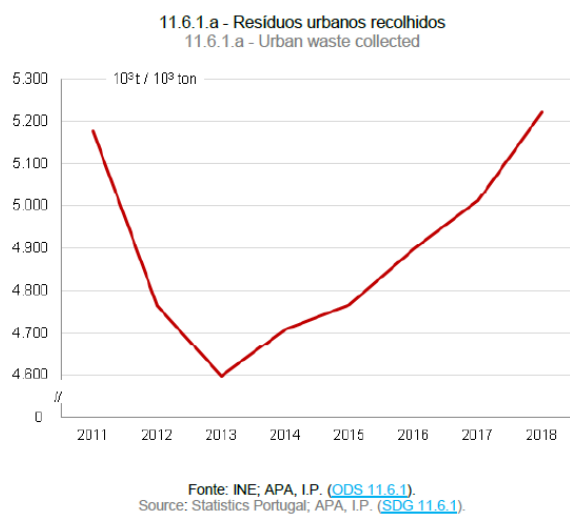
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

### Sub-indicador Resíduos urbanos recolhidos

O aumento da capacidade económica das populações tem-se traduzindo no aumento de consumos e concomitantemente no aumento da produção de resíduos, a que estão associados aumentos de consumo de materiais, energia e emissões de GEE, com nefastas pressões sobre o ambiente, sendo vital dissociar a produção de resíduos com o crescimento económico.

Em 2018 Portugal registou o maior volume de recolha de resíduos urbanos desde 2011, superando os 5,2 milhões de toneladas, traduzindo-se numa variação positiva de 4,1% (+207 mil toneladas) em relação a 2017 e prosseguindo a tendência de crescimento verificada a partir de 2013, e que reflete, deste essa data, um aumento da produção de resíduos por habitante, que em 2018 se situou nos 507 quilogramas (Kg)/habitante (hab), mais 21kg/hab que em 2017.

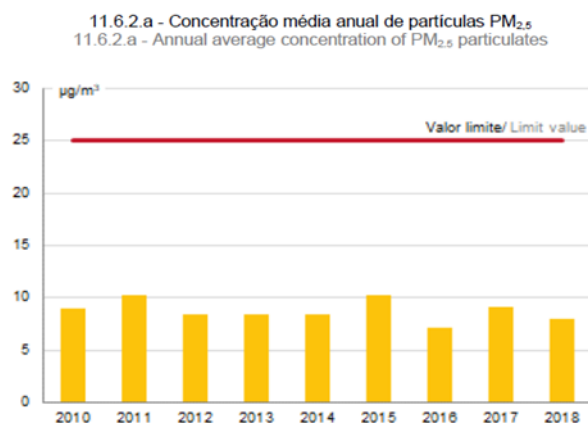
Em termos da análise de evolução do rácio de resíduos urbanos recolhidos por unidade de PIB, não se registaram decréscimos significativos a partir de 2013, não se registando uma dissociação consolidada entre as duas variáveis. Saliente-se que em 2018 a economia nacional revelou-se menos eficiente que em 2017, registando um crescimento de 0,3Kg por unidade de riqueza criada; comparativamente com os valores obtidos para a União Europeia a 28 (UE28) em 2018 este valor sobe para 12,3.



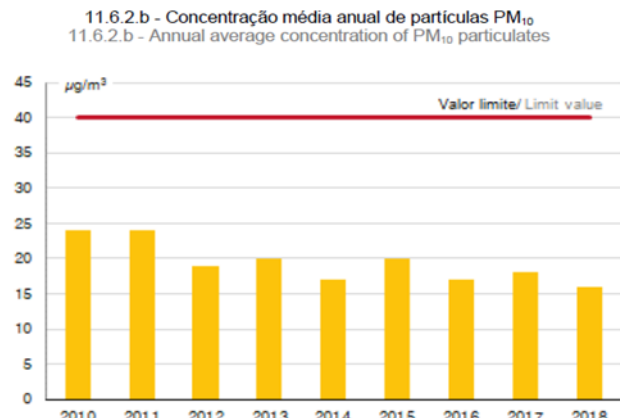
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020



O sub-indicador **Concentração média anual de partículas PM<sub>2,5</sub> e PM<sub>10</sub>** analisa a qualidade do ar relativamente a estes poluentes. As partículas inaláveis são dos poluentes atmosféricos os que mais contribuem para a degradação da saúde pública. A elevada concentração nas cidades, principalmente ligada às emissões de tráfego automóvel, determinou a imposição de um Valor Limite (VL)<sup>13</sup> anual (25 µ/m<sup>3</sup> para PM<sub>2,5</sub> e 40 µ/m<sup>3</sup> para PM<sub>10</sub>), de modo a minimizar os impactes na saúde das populações. Em 2018 as concentrações médias anuais para as PM<sub>2,5</sub> (8 µ/m<sup>3</sup>) e PM<sub>10</sub> (16 µ/m<sup>3</sup>) situaram-se sempre abaixo do VL estabelecido, respetivamente -17 µ/m<sup>3</sup> e -24 µ/m<sup>3</sup>, fato positivo que se vem mantendo desde 2010 e que contribui para o alcance da meta do ODS11.



Fonte/Source: APA, I.P. ([ODS 11.6.2/SDG 11.6.2](#)).



Fonte/Source: APA, I.P. ([ODS 11.6.2/SDG 11.6.2](#)).

Nota: As estações consideradas para o cálculo das concentrações médias anuais das partículas inaláveis correspondem a estações urbanas e suburbanas de fundo, com eficiência superior a 75%, com exceção da estação de Alfragide e das estações de avaliação do Índice de Exposição Média.  
 Note: The stations considered for the calculation of the annual average concentrations of the inhalable particulates correspond to urban and suburban bottom stations with efficiency greater than 75%, except for the Alfragide station and the Medium Exposure Index evaluation stations.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

<sup>13</sup> Com um diâmetro aerodinâmico inferior ou igual a 10 microns (PM<sub>10</sub>) em 40 µg/m<sup>3</sup>. Para as partículas mais finas (PM<sub>2,5</sub>, partículas inaláveis com diâmetro inferior a 2,5 µm) foi definido um valor de concentração média anual inferior ao valor limite de 25 µg/m<sup>3</sup>.

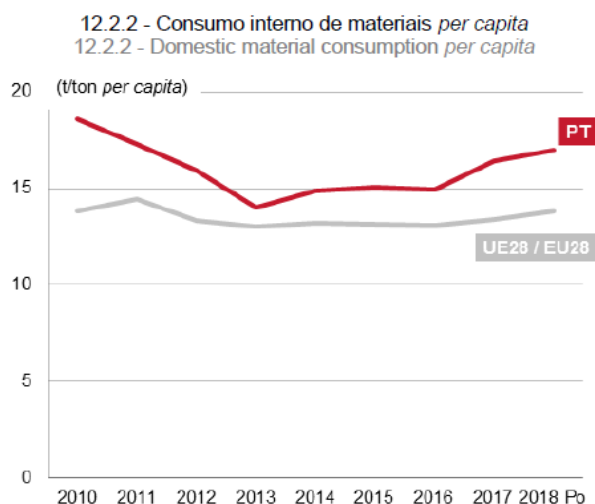
## ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis - propõe como meta global garantir padrões de consumo e produção sustentáveis

As sociedades atuais terão de repensar o seu modelo de desenvolvimento adotando novos padrões que promovam o crescimento económico sem comprometer a sustentabilidade ambiental preservando o futuro das novas gerações, constituindo a dissociação do crescimento económico do consumo de materiais e produção de resíduos um dos fatores determinantes para essa mudança.

O progresso nacional deste ODS, é avaliado com base em sete sub-indicadores ligados à eficiência de consumo de materiais e de gestão resíduos, cuja evolução se mostrou maioritariamente desfavorável.

Os sub-indicadores [Consumo interno de materiais](#), [Consumo interno de materiais per capita](#) e [Consumo interno de materiais por unidade do PIB](#), permitem avaliar a quantidade de materiais usados no processo de produção da economia e o seu grau de eficiência na utilização desses recursos.

Entre 2010 e 2018 Portugal registou sempre uma posição desfavorável face à média dos países da UE28 (+3 toneladas *per capita* em 2018) no que concerne ao consumo interno de materiais (CIM) *per capita* o que indica uma menor eficiência na utilização de recursos. Salgue-se que esta análise não reflete as diferentes estruturas das duas economias o que pode enviesar a leitura dos resultados.



Fonte: INE, I.P., Contas nacionais (ODS 12.2.2); Eurostat, Ambiente e Energia [2020\_r1110].  
Source: Statistics Portugal, National accounts (SDG 12.2.2); Eurostat, Environment and energy [2020\_r1110].

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

Entre 2010 e 2018 a economia nacional registou sinais positivos em termos da eficiência no uso de recursos naturais apresentando evidências de desmaterialização, com o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>14</sup> a aumentar 0,5% em média por ano e o consumo interno de materiais<sup>15</sup> a decrescer 2,3%.

<sup>14</sup> Fonte: INE, Contas Nacionais (novembro 2020)

<sup>15</sup> Fonte: INE, Conta de Fluxo de Materiais (dezembro 2020)

Refira-se que a desmaterialização registada poderá não advir somente da maior eficiência da produção económica no período analisado, mas poderá resultar das alterações estruturais ocorridas na economia nacional, com a redução do peso relativo da construção face a outras atividades económicas menos intensivas na utilização de materiais, não se podendo depreender diretamente da existência de menores pressões ambientais e da efetiva prestação para o alcance da meta do ODS.

#### Sub-indicador Resíduos sectoriais perigosos *per capita* por Tipo de resíduo (CER- stat) e Tipo de operação de gestão de resíduos<sup>16</sup>

Das principais medidas de prevenção para os resíduos perigosos constam a limitação da produção e diminuição das necessidades de operações de gestão, as operações de eliminação e a promoção da valorização numa lógica de economia circular fundamental para a sustentabilidade dos recursos e redução dos impactos ambientais gerados.

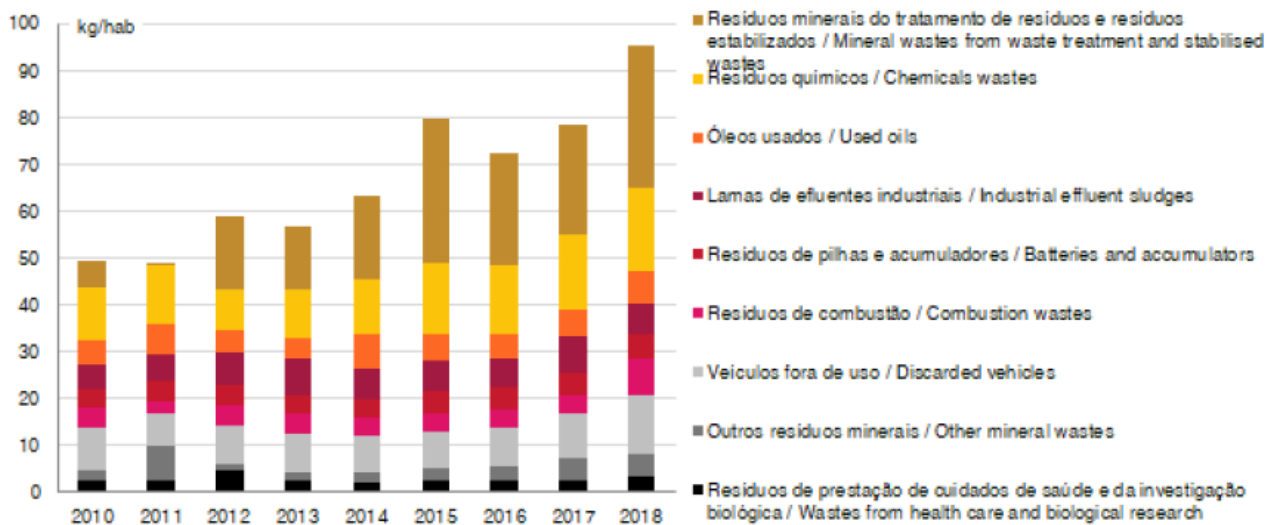
Entre 2010 e 2018 a produção de resíduos perigosos *per capita* registou um crescimento de 69,1%, (+41,4) e de 21,8% entre 2017 e 2018 (+ 18,1). Em 2018 65% do destino dos resíduos perigosos gerados *per capita* foi maioritariamente para eliminação, alinhando com a tendência registada desde 2010. De registar que entre 2010 e 2018 se verificou um incremento de 31,3 (kg/ hab.) kg/hab, para eliminação, o triplo do valor do encaminhamento para valorização (10,1 kg/hab), propósito contrário às orientações nacionais da promoção da valorização e ao objetivo do ODS.

Com exceção do ano de 2011 nos restantes anos da série a maior capitação dos resíduos perigosos gerados pertenceu às seguintes três categorias: resíduos minerais do tratamento de resíduos e estabilizados, resíduos químicos e veículos usados, que em 2018 registaram valores de respetivamente 30,2 kg/hab, 17,7 kg/hab e 12,5kg/hab, correspondendo a respetivamente a 29,8%, 17,5% e 6,8% do total dos resíduos perigosos gerados (101,3 kg/hab). Com a exceção dos óleos usados, onde a valorização atingiu os 91,3%, nas outras duas categorias preponderou a eliminação: 58,2% nos resíduos químicos e 100% nos resíduos minerais do tratamento de resíduos e estabilizados.

---

<sup>16</sup> Os cálculos apresentados para este indicador tiveram por base os dados acessados através do *link* da figura e diferem dos apresentados na publicação original do INE.

12.4.2.(i).1 - Capitação dos resíduos sectoriais perigosos gerados por principais categorias  
 12.4.2.(i).1 - Hazardous sectoral waste generated per capita by main categories



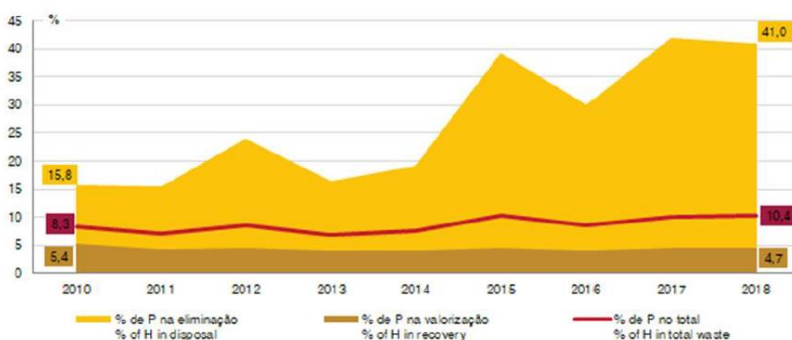
Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 12.4.2).  
 Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 12.4.2).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

Sub-indicador Proporção de resíduos sectoriais perigosos por Tipo de resíduo (CER-stat) e Tipo de operação de gestão de resíduos

Em 2018 registou-se, face a 2010, um aumento de 2,1 p.p. da proporção de resíduos setoriais perigosos no total de resíduos setoriais produzidos (+25 p.p. para eliminação e -0,6 p.p. para valorização) e de 0,4 p.p. em relação a 2017 (-0,9 p.p. para eliminação e +0,2 p.p. para valorização). Estes resultados contrariam as orientações nacionais no âmbito da prevenção, que remetem para a redução da produção e das operações de eliminação e aumento da valorização desta classe de resíduos, não contribuindo por isso para a meta global do ODS 12.

12.4.2.(ii) - Proporção de resíduos sectoriais perigosos (P), no total gerado e no total gerido por operação de gestão  
 12.4.2.(ii) - Proportion of hazardous sectoral waste (H) in the total generated and in the total by management operation



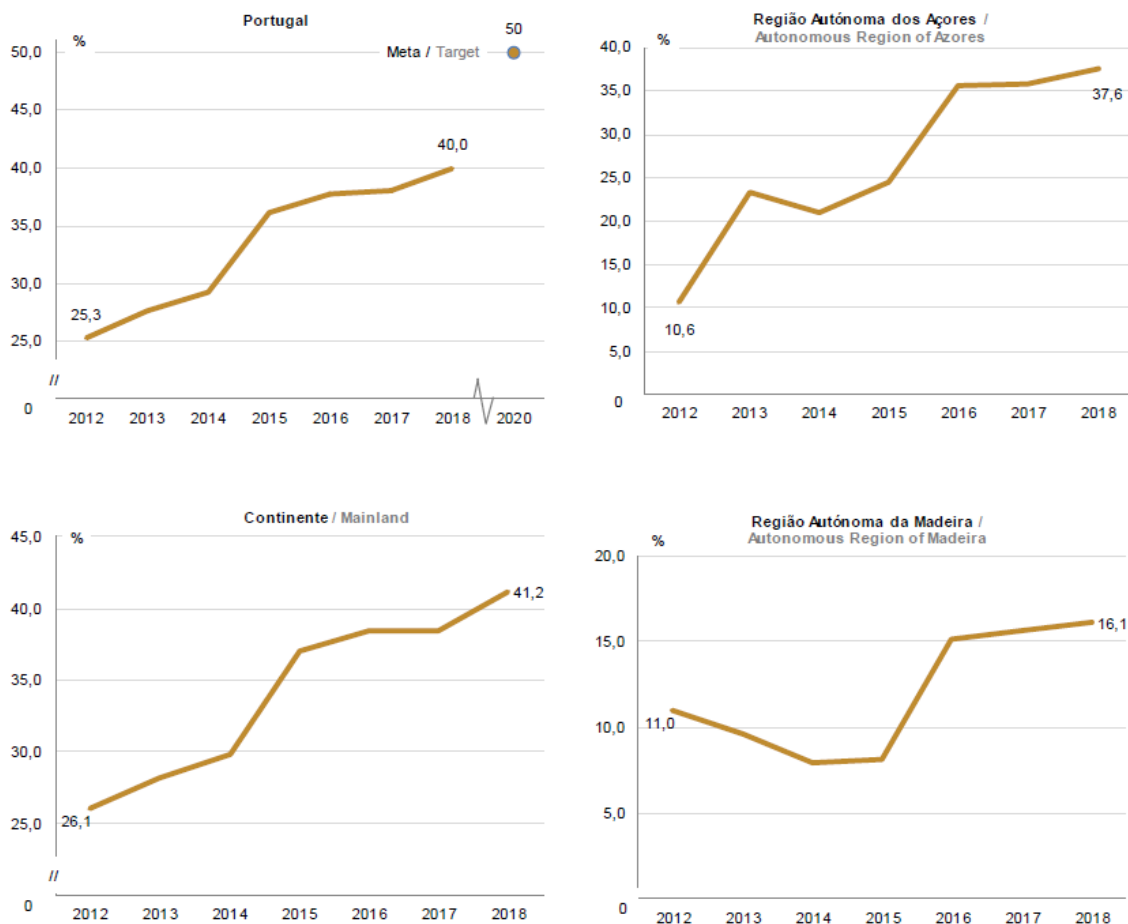
Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 12.4.2).  
 Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 12.4.2).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

### Sub-indicador Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem

Entre 2012 e 2018 registou-se a nível nacional um crescimento de 14,7 p.p. na proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem (RAA +27 p.p. e RAM +5,1 p.p.). Apesar de se verificar uma tendência de crescimento em todo o período considerado, para o alcance da meta de 50%<sup>17</sup> em 2020 será necessário um incremento de 10 p.p. tendo em conta o resultado de 40% alcançado em 2018.

12.5.1.a - Proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem  
12.5.1.a - Proportion of municipal waste prepared for reuse and recycling



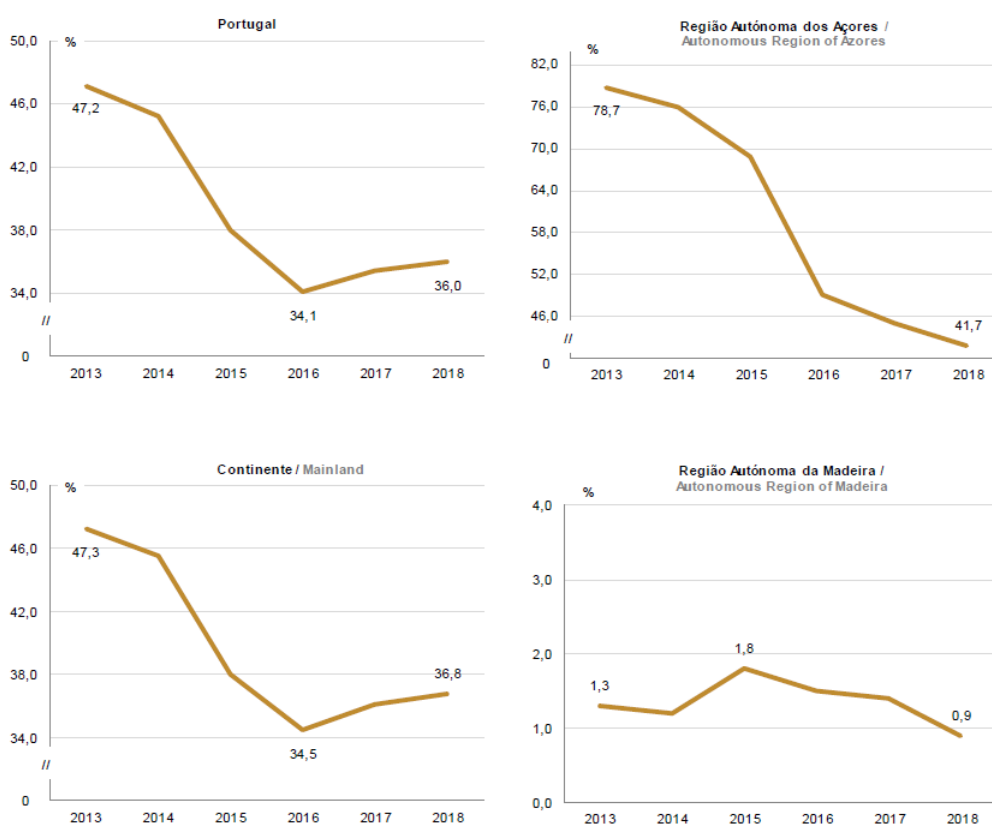
Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 12.5.1).  
Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 12.5.1).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

<sup>17</sup> Meta convencionada no âmbito da [Diretiva-Quadro Resíduos \(Diretiva 2008/98/CE\)](#)

Os resultados do Sub-indicador **Proporção de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro**, entre 2013 e 2016, apresentaram uma tendência de decréscimo, com uma redução entre os dois períodos de 13,2 p.p., que não se manteve nos dois anos subsequentes, com aumentos de 1,3 p.p. em 2017 e 0,6 p.p. em 2018. Na RAA a tendência de decréscimo manteve-se durante todo o período em análise sendo mais acentuado entre 2015 e 2016 com uma quebra de 19,7 p.p.; na RAM esta mesma tendência foi interrompida apenas entre 2014 e 2015, com uma subida de 0,6 p.p., seguindo-se novo decréscimo até 2018. Este resultado, contraria as orientações estipuladas no sentido do desvio progressivo deste tipo de resíduos para aterro<sup>18</sup> não contribuindo também para o cumprimento da meta do ODS em 2030.

12.5.1.b - Proporção de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) eliminados em aterro  
 12.5.1.b - Proportion of biodegradable urban waste landfilled



Fonte: INE; APA, I.P. (ODS 12.5.1).  
 Source: Statistics Portugal; APA, I.P. (SDG 12.5.1).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

<sup>18</sup> [Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 \(PERSU 2020\)](#)

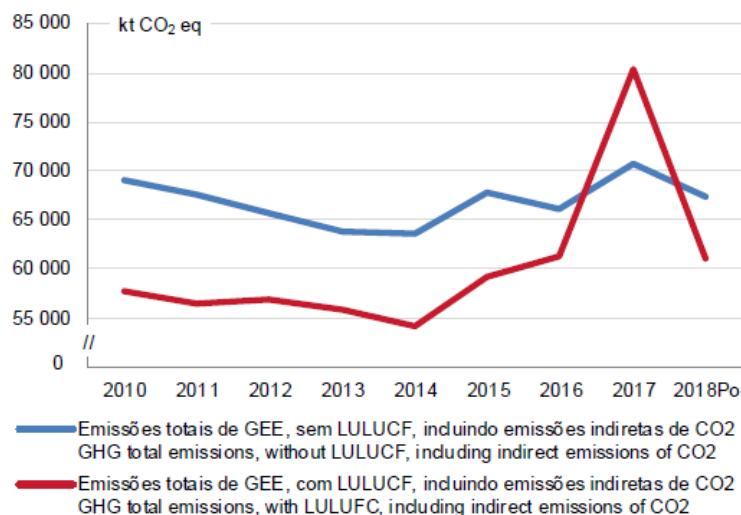
## ODS 13 - Ação Climática - tem como finalidade a adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

A emissão de gases com efeito de estufa e a sua contribuição para o aquecimento global do planeta e alterações climáticas, requer uma constante monitorização por constitui um fator determinante para o cumprimento dos objetivos e metas nacionais e internacionais em matéria de política climática.

A avaliação nacional do indicador traduz-se na análise do **sub-indicador Emissões totais de gases com efeito de estufa por ano**. Considerando as emissões totais de GEE, sem contabilização das emissões de alteração do uso do solo e florestas (LULUCF - sigla inglesa), incluindo as emissões indiretas de CO<sub>2</sub>, apresentaram entre 2010 e 2018 decréscimo de 2,2% (-1 532,7 kt CO<sub>2</sub>eq), de 4,6% (-3 222,1 kt CO<sub>2</sub>eq) entre 2017 e 2018 (mais do dobro do registado entre 2010 e 2018) e de 21,3% (-18 297,9 kt CO<sub>2</sub>eq) em relação a 2005, encontrando-se em linha com a meta estipulada no PNEC 2030 para 2020 (-18% a -23%).

As emissões totais de GEE, com LULUCF, incluindo emissões indiretas de CO<sub>2</sub>, registaram entre 2010 e 2018 crescimento de 5,9% (+3 381,8 kt CO<sub>2</sub>eq) e decréscimo acentuado de 24% (-19 342,8 kt CO<sub>2</sub>eq) entre 2017 e 2018, em resultado do alto valor de emissões registado em 2017, o mais elevado da série, dada a ocorrência dos incêndios florestais nesse ano. De salientar que entre 2010 e 2018 o somatório de sequestro de CO<sub>2</sub> pela floresta totalizou 58 604 kt CO<sub>2</sub>eq, valor que ascende às 68 437,3 ktCO<sub>2</sub>eq, se subtrairmos o ano de 2017, revelando a importância significativa da floresta como sumidouro de CO<sub>2</sub>.

13.2.2 - Emissões totais de gases com efeito de estufa por ano  
13.2.2 - Total greenhouse gas emissions per year



Fonte/Source: APA, I.P. ([ODS 13.2.2/SDG 13.2.2](#)).

Nota/Note: Submissão 2018 - 13 Março 2020 / Submission 2018 - March 13<sup>th</sup> 2020.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020

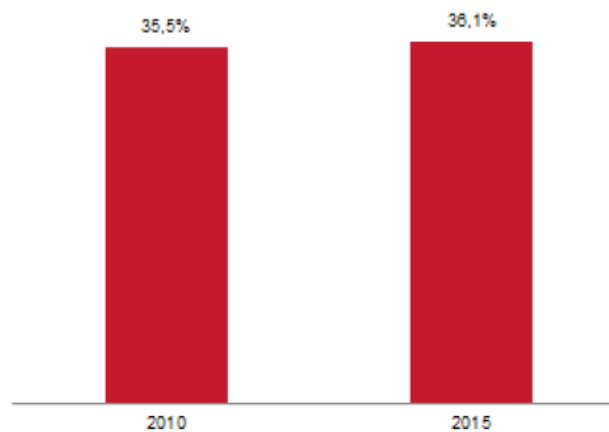
## ODS 15 - Vida na Terra

Este objetivo visa a proteção, restauração e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, bem como assegurar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

A necessidade de conservação recuperação e uso sustentável das florestas advém do importante papel que desempenham no equilíbrio dos ecossistemas e na sustentabilidade global do planeta dando também um importante contributo para o processo de descarbonização como instrumento na captura de emissões de dióxido de carbono.

A avaliação do progresso nacional reporta à análise do [sub-indicador Proporção da superfície florestal na superfície geográfica total](#), que entre 2010 e 2015 apresentou uma tendência positiva, ainda que pouco significativa, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha a verificar desde 1995, assim o aumento de 0,6 p.p., correspondeu a um incremento de 60 mil hectares da superfície florestal nacional, apresentando uma evolução favorável face aos propósitos do objetivo.

15.1.1 - Proporção da área florestal na superfície geográfica total  
15.1.1 - Forest area as a proportion of total land area



Fonte: INE; ICNF, I.P. ([ODS 15.1.1](#)).  
Source: Statistics Portugal; ICNF, I.P. ([SDG 15.1.1](#)).

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 -Indicadores para Portugal 2010/2019, INE, 2020